

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Improvido. Maioria. Designado o Des. Julio Cezar Lemos Travessa para lavrar o Acórdão. Salvador, 5 de Fevereiro de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0541748-73.2019.8.05.0001 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma APELANTE: REGINALDO CERQUEIRA DOS SANTOS JÚNIOR e outros (2) Advogado (s): CLAUDIO ROCHA CARVALHO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO O representante do Ministério Público do Estado da Bahia, com base no incluso caderno indiciário, ofereceu denúncia contra Mário Tavares de Lira e Reginaldo Cerqueira dos Santos Júnior, assim narrando na peça exordial acusatória, in verbis: “[...] no dia 19 de Novembro de 2019, por volta das 03h00min, REGINALDO CERQUEIRA DOS SANTOS JÚNIOR e MÁRIO TAVARES DE LIRA, ora Denunciados, estavam na posse de substâncias entorpecentes com a finalidade de comercialização, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, sendo que o segundo denunciado MÁRIO, mantinha sob sua posse, arma de fogo, de uso permitido, dentro de sua residência, na Rua Thomaz Gonzaga, bairro Pernambués, nesta Capital, e o primeiro denunciado REGINALDO, trazia consigo 01 (um) rádio comunicador, usado na colaboração do tráfico de drogas na região. A guarnição policial lotada na RONDESP, estava realizando rondas de rotina na localidade acima descrita, momento em que perceberam a presença de um indivíduo, em atitude suspeita, posteriormente identificado como sendo REGINALDO CERQUEIRA DOS SANTOS JÚNIOR, o primeiro denunciado, razão pela qual resolveram abordá-lo. Ato contínuo, os policiais procederam à revista pessoal em REGINALDO, sendo encontrado em sua posse 01 (um) rádio receptor, marca Motorola, comumente usado por “olheiros” do tráfico, para avisar da chegada da polícia aos traficantes. A equipe o questionou ao respeito do tráfico de drogas na região, oportunidade em que REGINALDO indicou aos policiais onde a droga se encontrava, qual seja, na residência de MARIO TAVARES DE LIRA, o segundo denunciado, localizada na Rua Duarte Coelho, informando que lá haveria drogas. Dando continuidade a diligência, a equipe se dirigiu até o local informado, e chegando lá encontrou o segundo denunciado, que permitiu a entrada dos policiais no interior do imóvel e procedida a busca foi encontrado: 01 (um) revólver, marca ROSSI, calibre 22, numeração 453275, sem munições, 07 (sete) porções de maconha e mais uma porção maior da mesma droga, substância esta destinada ao comércio ilícito de entorpecentes, 01 (uma) balança de precisão, 01 (uma) caderneta, diversos sacos e certa quantidade de pinos vazios, apetrechos comumente utilizados para venda de drogas, 03 (três) relógios de pulso, sendo um com pulseira danificada, 07 (sete) aparelhos celulares, sendo 02 (dois) da marca Samsung, 02 (dois) da marca LG, com visor danificado, 01 (um) da marca kis, também com visor danificado, 01 (um) da marca LG, sem bateria e com visor danificado e 01 (um) da marca Samsung, sem bateria e com visor danificado, 02 (dois) chips das operadoras vivo e claro, 01 (uma) capa de fundo adequada para aparelho Motorola, 01 (uma) bateria Samsung, 01 (uma) corrente, em metal amarelo 01 (um) chaveiro com duas chaves, sendo uma de veículo, 02 (dois) cartões salvador card, 04 (quatro) cartões CCR metrô, 01 (uma) carteira de identidade em nome de Isaias de Souza Santos. Realizada perícia na substância apreendida, verificou-se que corresponde a: 216,70g (duzentos e dezesseis gramas e setenta centigramas) de maconha, distribuídas em 8 (oito) porções, sendo 07 (sete) acondicionadas em sacos plásticos incolores e 01 (uma) em saco plástico branco, substância esta destinada ao tráfico de drogas, conforme Laudo

Pericial 2019 00 LC 051981-01 de fl. 16 do IP 461/2019. Assim, foi dada voz de prisão em flagrante aos denunciados por tráfico de drogas, eis que a substância encontrada consta da Portaria nº 344/98 do Ministério da Saúde/Vigilância sanitária, de uso proscrito no Brasil, por causar dependência física e psíquica. O procedimento investigatório foi conclusivo quanto ao tráfico de drogas, praticado pelos acusados. Todas as circunstâncias do fato, substância apreendida, respectivas quantidades, forma de acondicionamento, depoimentos e declarações obtidas no curso do inquérito policial, a conduta dos denunciados demonstram a destinação da droga para fins de venda ilícita de entorpecentes, subsumindo-se o comportamento dos denunciados a uma das múltiplas condutas do crime de tráfico de drogas. Em consulta ao sistema ESAJ, foi verificado que o denunciado REGINALDO, responde à ação penal junto à 2ª Vara de Tóxicos, autos nº 0537028- 63.2019.8.05.0001. Já o Acusado MÁRIO, responde a processo criminal perante a 13ª Vara Criminal, autos nº 0508038-96.2018.8.05.0001 e na 5ª Vara Criminal, autos nº 0546005-78.2018.8.05.0001, ambas nesta capital. Diante do exposto, estão REGINALDO CERQUEIRA DOS SANTOS JÚNIOR incurso nas penas dos arts. 33 e 37 da Lei 11.343/2006 e MÁRIO TAVARES DE LIRA, incurso nas penas dos arts. 33 da Lei 11.343/2006 e art. 12 da Lei 10.826/03, [...]” (ID. 44916189, fls. 649-652). Após regular instrução, sobreveio a Sentença condenatória, de fls. 311-327, que julgou parcialmente procedente o pedido formulado na denúncia para condenar: a) o acusado Mário Tavares de Lira ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 05 (cinco) anos de reclusão, em regime semiaberto, ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, como incurso nas sanções do art. 33, da Lei 11.343/06, e 01 (um) ano de detenção, em regime aberto, com pagamento de 10 (dez) dias-multa, sendo essa substituída por duas penas restritivas de direito, em face da prática do crime tipificado no art. 12, da Lei 10.826/03; b) o acusado Reginaldo Cerqueira dos Santos Júnior ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 02 (dois) anos de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 300 (trezentos) dias-multa, sendo a reprimenda substituída por duas penas restritivas de direito, ante a prática do crime tipificado no artigo 37 da Lei nº 11.343/2006 crime de colaboração com o tráfico de drogas. Inconformados com o teor da Sentença condenatória, Mário Tavares de Lira e Reginaldo Cerqueira dos Santos Júnior interpuseram Recursos de Apelação. Destarte, em razões de fls.229-246 (ID 44916908) e fls.53-56 (ID 42709970), preliminarmente, os Recorrentes pugnam pela nulidade do processo, por considerarem patente a ilicitude das provas angariadas mediante invasão de domicílio. Por sua vez, o Recorrente Reginaldo Cerqueira dos Santos Júnior requer o benefício da gratuidade de justiça. No mérito, ambos os Recorrentes pleiteiam suas absolvições, ao argumento de que o édito combatido não possui lastro probatório mínimo para embasar as condenações. No tocante a Mário Tavares de Lira, o Recorrente postula ainda, a aplicação da causa especial de diminuição inserta no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006. Em sede de contrarrazões, às fls.35-50 e 209-225 (ID 44916926 e 44916912, o Órgão Ministerial rebate todas as pretensões dos Apelantes e pugna pela manutenção da sentença condenatória em sua integralidade. Ao subirem os autos a esta instância, opinou a douta Procuradoria de Justiça, pelo conhecimento e improvimento do apelo interposto por Reginaldo Cerqueira dos Santos Júnior, e pelo provimento parcial do apelo interposto por Mário Tavares de Lira, a fim de que a objurgada sentença seja reformada, em favor desse Recorrente, unicamente para reconhecer a incidência da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº

11.343/06 (“tráfico privilegiado”), com a redução da pena que lhe foi imposta. Vindo-me conclusos, lanço o presente relatório, submetendo-o à análise do eminente Desembargador Revisor, em atendimento ao preceito inserto no art. 166, I, do RI/TJBA. É o relatório. Salvador/BA, data registrada no sistema. Des. Jefferson Alves de Assis – 2ª Câmara Crime 1ª Turma Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0541748-73.2019.8.05.0001 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma APELANTE: REGINALDO CERQUEIRA DOS SANTOS JÚNIOR e outros (2) Advogado (s): CLAUDIO ROCHA CARVALHO APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): VOTO Recursos de Apelação parcialmente conhecidos, por estarem presentes, em parte, os seus pressupostos de admissibilidade.

1.Dos fatos. Narra a denúncia que: “[...] no dia 19 de Novembro de 2019, por volta das 03h00min, REGINALDO CERQUEIRA DOS SANTOS JÚNIOR e MÁRIO TAVARES DE LIRA, ora Denunciados, estavam na posse de substâncias entorpecentes com a finalidade de comercialização, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, sendo que o segundo denunciado MARIO, mantinha sob sua posse, arma de fogo, de uso permitido, dentro de sua residência, na Rua Thomaz Gonzaga, bairro Pernambués, nesta Capital, e o primeiro denunciado REGINALDO, trazia consigo 01 (um) rádio comunicador, usado na colaboração do tráfico de drogas na região. A guarnição policial lotada na RONDESP, estava realizando rondas de rotina na localidade acima descrita, momento em que perceberam a presença de um indivíduo, em atitude suspeita, posteriormente identificado como sendo REGINALDO CERQUEIRA DOS SANTOS JÚNIOR, o primeiro denunciado, razão pela qual resolveram abordá-lo. Ato contínuo, os policiais procederam à revista pessoal em REGINALDO, sendo encontrado em sua posse 01 (um) rádio receptor, marca Motorola, comumente usados por “olheiros” do tráfico, para avisar da chegada da polícia aos traficantes. A equipe o questionou a respeito do tráfico de drogas na região, oportunidade em que REGINALDO indicou aos policiais onde a droga se encontrava, qual seja, na residência de MARIO TAVARES DE LIRA, o segundo denunciado, localizada na Rua Duarte Coelho, informando que lá haveria drogas. Dando continuidade a diligência, a equipe se dirigiu até o local informado, e chegando lá encontrou o segundo denunciado, que permitiu a entrada dos policiais no interior do imóvel e procedida a busca foi encontrado: 01 (um) revólver, marca ROSSI, calibre 22, numeração 453275, sem munições, 07 (sete) porções de maconha e mais uma porção maior da mesma droga, substância esta destinada ao comércio ilícito de entorpecentes, 01 (uma) balança de precisão, 01 (uma) caderneta, diversos sacos e certa quantidade de pinos vazios, apetrechos comumente utilizados para venda de drogas, 03 (três) relógios de pulso, sendo um com pulseira danificada, 07 (sete) aparelhos celulares, sendo 02 (dois) da marca Samsung, 02 (dois) da marca LG, com visor danificado, 01 (um) da marca kis, também com visor danificado, 01 (um) da marca LG, sem bateria e com visor danificado e 01 (um) da marca Samsung, sem bateria e com visor danificado, 02 (dois) chips das operadoras vivo e claro, 01 (uma) capa de fundo adequada para aparelho Motorola, 01 (uma) bateria Samsung, 01 (uma) corrente, em metal amarelo 01 (um) chaveiro com duas chaves, sendo uma de veículo, 02 (dois) cartões salvador card, 04 (quatro) cartões CCR metrô, 01 (uma) carteira de identidade em nome de Isaias de Souza Santos. [...]”(ID. 44916189, fls. 649–652). Transcorrida a instrução criminal sobreveio a sentença condenatória, na qual a Magistrada singular julgou parcialmente procedente a denúncia, para condenar Mário Tavares de Lira como incurso nas sanções do art. 33, da Lei 11.343/06 e do art. 12, da Lei

10.826/2003, e Reginaldo Cerqueira dos Santos Júnior pela prática do crime tipificado no artigo 37 da Lei nº 11.343/2006 crime de colaboração com o tráfico de drogas. Eis o contexto fático que deu ensejo à interposição dos recursos de Apelação. 2. Da preliminar de nulidade das provas produzidas mediante violação de domicílio. Arguíram as Defesas dos Recorrentes a nulidade das "provas" obtidas em face de alegada violação de domicílio, ao argumento de que a busca e apreensão realizada na residência do acusado Mário Tavares de Lira se deu sem mandado judicial. A pretensão recursal não merece acolhimento. Consoante se extrai dos autos, os policiais realizavam um patrulhamento de rotina nas ruas do bairro Pernambués, local sabidamente de intensa movimentação de tráfico de drogas, quando se depararam com um indivíduo em atitude suspeita, com tornozeleira eletrônica, de madrugada (por volta das 03h00min), de posse de um rádio transmissor comumente utilizado por "olheiros do tráfico", agentes que têm a função de avisar, através do rádio, a chegada da polícia, assim como de usuários, nas localidades onde ocorre o comércio ilícito de entorpecentes. Realizada uma revista pessoal, o indivíduo disse aos policiais que trabalhava para Mário, e encaminhou a guarnição à residência do outro acusado. Naquela oportunidade, já em curso uma ação investigativa, e caracterizado o estado flagrancial, os policiais ingressaram no domicílio de Mário Tavares de Lira, onde apreenderam 01 (um) revólver, marca ROSSI, calibre 22, numeração 453275, sem munições, 07 (sete) porções de maconha e mais uma porção maior da mesma droga, substância esta destinada ao comércio ilícito de entorpecentes, 01 (uma) balança de precisão, 01 (uma) caderneta, diversos sacos e certa quantidade de pinos vazios, apetrechos comumente utilizados para venda de drogas, 03 (três) relógios de pulso, sendo um com pulseira danificada, 07 (sete) aparelhos celulares, sendo 02 (dois) da marca Samsung, 02 (dois) da marca LG, com visor danificado, 01 (um) da marca kis, também com visor danificado, 01 (um) da marca LG, sem bateria e com visor danificado e 01 (um) da marca Samsung, sem bateria e com visor danificado, 02 (dois) chips das operadoras vivo e claro, 01 (uma) capa de fundo adequada para aparelho Motorola, 01 (uma) bateria Samsung, 01 (uma) corrente, em metal amarelo 01 (um) chaveiro com duas chaves, sendo uma de veículo, 02 (dois) cartões salvador card, 04 (quatro) cartões CCR metrô, 01 (uma) carteira de identidade em nome de Isaias de Souza Santos. Como sabido, a regra da inviolabilidade da residência não pode ser entendida de forma absoluta, havendo exceções previstas constitucionalmente, dentre elas o crime em situação de flagrante delito e o crime permanente. Destarte, na espécie, considerando-se que o tráfico de drogas é um delito de natureza permanente, cuja execução se prolonga no tempo, dispensando a apresentação de mandado de busca e apreensão, não há que se falar em obtenção de provas por meio ilícito. Posto que, sendo caso de flagrante, a hipótese dos autos é excepcionada pela Constituição Federal nos termos do artigo 5º, inciso XI, validando a entrada dos policiais no local onde a conduta delituosa estava em andamento. Nesse passo, constata-se que ao reverso do quanto alegado por ambas as Defesas dos Recorrentes, o acesso dos militares na residência do réu deu-se de forma legítima, ante a presença de fundadas razões. A propósito: "A garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio admite exceções. Não protege indivíduo em atividade criminosa no recesso da habitação, como é o caso do traficante que esconde maconha dentro de casa. Aí é possível, qualquer que seja a hora, a prisão em flagrante, pois a guarda de substância entorpecente é crime permanente" (RT 508/435). "HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – NEGATIVA DE AUTORIA – VIA IMPRÓPRIA – ILEGALIDADE DA

PRISÃO EM FLAGRANTE – NÃO VERIFICAÇÃO – PRISÃO PREVENTIVA – DECISÃO FUNDAMENTADA – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA -- PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO.– A estreita via do Habeas Corpus não se mostra como meio adequado para discutir negativa de autoria.– A situação flagrancial, estampada pela fundada suspeita da prática do crime de tráfico de entorpecentes – este, crime de natureza permanente –, dispensa a necessidade de mandado de busca e apreensão para adentrar na residência do investigado. – Se a decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória faz referência à situação fático-jurídica que motiva a custódia cautelar do paciente e encontra-se devidamente amparada no *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*, este consubstanciado pela garantia da ordem pública, fundamentada está, o tanto quanto necessário, à luz da Constituição da República.– Inexiste, nas hipóteses da prisão preventiva, prejuízo ao Princípio da Presunção de Inocência, quando presentes os requisitos autorizadores da medida cautelar.– Somente condições subjetivas favoráveis não permitem a revogação do decreto da prisão preventiva. V.V.: – A prisão cautelar é medida excepcional, que somente deverá ocorrer se comprovada sua real necessidade, que, no caso em tela, não restou devidamente demonstrada. – Possível a aplicação de outras medidas cautelares, a prisão deve ser evitada.– A resolução 0003/2012, que transporta as regras regimentais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, determina em seu artigo 452 que "concedida a ordem, expedir-se-á imediatamente o alvará", providência a qual não pode ser obstruída pela prévia confecção do termo impositivo das medidas cautelares fixadas à Paciente. (TJMG – Habeas Corpus Criminal 1.0000.15.032299-8/000, Relator (a): Des.(a) Cássio Salomé, 7ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 11/06/2015, publicação da sumula em 18/06/2015). Conclui-se portanto, que o ingresso dos policiais no domicílio do réu não foi ilegal, e sim, baseado num contexto fático, com existência de informações prévias de que na residência do réu ocorria a prática do crime de tráfico de droga, pelo qual Mário Tavares de Lira foi pego em flagrante delito. Isto posto, rejeita-se a preliminar aventada. 3. Da Gratuidade de Justiça. A Defesa do Recorrente Reginaldo Cerqueira dos Santos Júnior pugna pela concessão da gratuidade de justiça, alegando que o Apelante é hipossuficiente, desprovido de recursos financeiros, não tendo condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo do próprio sustento. A pretensão não comporta conhecimento. Com efeito, eventuais considerações a respeito das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Recorrente devem ser formuladas perante o Juízo das Execuções Penais, que tem competência para analisar a condição de miserabilidade dos condenados. Neste sentido: PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 33, § 2º, B E C E 61, I, DO CÓDIGO PENAL – CP. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. FIXAÇÃO DE REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA MAIS GRAVOSO QUE O QUANTUM DE PENA APLICADO. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE – SÚMULA N. 269 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. DIVERGÊNCIA PRETORIANA NÃO DEMONSTRADA. CUSTAS PROCESSUAIS. MOMENTO DE AFERIÇÃO. FASE DE EXECUÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. (...) 3. Quanto ao pedido de concessão da gratuidade de justiça, "de acordo com a jurisprudência desta Corte, o momento de se aferir a situação do condenado para eventual suspensão da exigibilidade do pagamento das custas processuais é a fase de execução (...)" (AgRg no AREsp. 206.581/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/10/2016). 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp n. 2.030.440/PR, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 2/8/2022, DJe de 8/8/2022.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. OMISSÃO. PEDIDO DE REANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/06. NÃO CABIMENTO. REDISCUSSÃO. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. Os aclaratórios merecem acolhimento apenas para declarar que não cabe, nesta sede, a concessão de gratuidade de justiça. É que "De acordo com a jurisprudência desta Corte, o momento de se aferir a situação do condenado para eventual suspensão da exigibilidade do pagamento das custas processuais é a fase de execução e, por tal razão, 'nos termos do art. 804 do Código de Processo Penal, mesmo que beneficiário da justiça gratuita, o vencido deverá ser condenado nas custas processuais' (AgRg no AREsp n. 394.701/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI, SEXTA TURMA, DJe 4/9/2014). [...]" (AgRg no AREsp n. 1.880.906/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 1º/4/2022).(...)

3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes. (EDcl no AgRg no AREsp n. 2.046.692/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 7/6/2022, DJe de 10/6/2022.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. LAVAGEM DE CAPITAIS. DESPESAS PROCESSUAIS. GRATUIDADE. NÃO CONHECIMENTO. MATÉRIA ATINENTE À FASE DE EXECUÇÃO. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO EM AGRAVO REGIMENTAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182 DO STJ. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O pedido de justiça gratuita para suspensão da exigibilidade do pagamento de despesas processuais em decorrência da alegação de miserabilidade do condenado deve ser analisado pelo juízo competente para a execução da sentença condenatória. (...) 4. Agravo regimental parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (AgRg no REsp n. 1.788.028/PR, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quinta Turma, julgado em 17/11/2020, DJe de 20/11/2020.) Ressalve-se, no entanto, que apesar de o apelante não poder ser isentado do pagamento das custas processuais, por serem estas corolárias da condenação, é possível requerer o sobrestamento da sua exigibilidade pelo prazo de 05 (cinco) anos, providência que deve ser dirigida ao Juízo da Execução Penal, competente para aferir a miserabilidade jurídica dos condenados na acepção legal do termo. DO MÉRITO 4. Da absolvição por insuficiência probatória, com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Não merecem acolhimento os pleito absolutórios. Em que pesem os argumentos lançados nas razões dos Recursos de Apelação, o acervo probatório colacionado aos autos revela-se suficiente e incontestado, para a condenação dos réus pelos crimes que lhes foram imputados. Na espécie, a materialidade dos crimes de tráfico de drogas, posse ilegal de arma de fogo e colaboração com o tráfico restou sobejamente demonstrada através do Auto de Prisão em Flagrante (fl. 593-594, ID 44916190); Auto de Exibição e Apreensão (fl. 601-602, ID 44916190); Laudo Pericial 2019 00 LC 051981-01 (fl. 607-608, ID 44916190), registrando a apreensão de 216,70g (duzentos e dezesseis gramas e setenta centigramas) de entorpecente, com resultado positivo para o vegetal Cannabis Sativa, substância psicotrópica de uso proscrito no Brasil e constante da lista F-2 da Portaria 344/98 da Secretaria de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde; Laudo de Exame Pericial /ICAP Nº 2019 00 IC 052007-01 (Balística Forense. Fls. 396-397, ID 44916856). A autoria delitiva também se encontra suficientemente comprovada no conjunto probatório: pelos depoimentos testemunhais prestados pela equipe de policiais participantes da diligência, que

culminou nas prisões em flagrante dos Apelantes, todos uníssonos ao reproduzirem as circunstâncias das prisões de maneira clara, detalhada firme e coincidente. Por outro lado, perante a autoridade policial o denunciado Mário Tavares de Lira afirmou que as drogas, e os materiais apresentados não foram encontrados em sua residência. Acrescentou ainda, que os policiais estavam com uma mala cheia de drogas, mochilas e objetos. Em sede de interrogatório judicial, Mário Tavares sustentou a negativa de autoria, dizendo que: “(...) Que não são verdadeiros os fatos da Denúncia; que os policiais arrombaram a porta com um cadeado; que não foi encontrado nada em sua residência...; que eram duas horas da manhã...; que não conhecia os policiais (...)” Por sua vez, o acusado Reginaldo Cerqueira dos Santos Júnior disse na delegacia que nada foi encontrado sob sua posse. Na seara judicial, Reginaldo Cerqueira declarou: “(...) Que nega as acusações; que estava na frente da sua residência; que não conhece MÁRIO; que estava na porta de sua residência, na Rua Edson Carneiro, no bairro Pernambués, conhecida como Rua do Sossego; que estava com tornoeleira eletrônica; que responde outro processo pelo crime de tráfico; que não estava com o rádio comunicador; que não conhecia os policiais...; que os policiais queriam informações de um traficante (...)” (Declaração extraída da plataforma Lifesize). A despeito dos réus negarem a autoria dos crimes, suas versões sobre os fatos não restaram alicerçadas em bases concretas. Ao reverso, as execuções dos delitos imputadas aos denunciados restaram sobejamente comprovada através das provas judicializadas. Com efeito, em juízo, os Policiais SD/PM Nilton Queiroz Garcia Júnior, o SD/PM André dos Santos Mendes, e SD/PM Oziel Brito de Souza relataram que : “[...] que se recorda em partes da diligência; que se recorda dos acusados; que os reconhece; que estavam em ronda na madrugada; que abordaram Reginaldo; que ele estava com um rádio comunicador; que salvo engano estavam com tornoeleira eletrônica; que o questionaram a respeito do rádio; que o réu confessou que era para comunicação com os comparsas; que o local é de intenso tráfico de drogas; que após os policiais questionarem onde estava a droga, Reginaldo indicou a casa de Mário; que Mário estava em casa coma esposa; que na casa encontraram drogas e uma arma; que era um revólver pequeno; que a droga era maconha; que uma parte da droga estava embalada; que algumas embalagens estavam vazias; que não se recorda se o réu afirmou que a droga era para venda; (...) que bateram na porta, a esposa de Mário apareceu; que informaram que havia uma denúncia; que ela permitiu a entrada dos policiais na casa; que adentraram na casa e encontraram as drogas; que não se recorda se o réu não estava dormindo; que não se recorda se todos os policiais entraram no imóvel; que as drogas e a arma estavam em cômodos diferentes; que não se recorda quem achou cada coisa; que nunca tinha ouvido falar de Mário; (...) que era madrugada; que com Reginaldo foi encontrado o rádio e um celular que não se recorda se o réu Mário falou se conhecia Reginaldo; que Reginaldo estava sozinho no momento da abordagem; que foram encontrados muitos celulares; que foi encontrado um caderno; [...]” (Depoimento judicial de SD/PM NILTON QUEIROZ GARCIA JUNIOR – extraído do sistema PJE MÍDIAS) “[...] que se recorda do fato; que reconhece os réus; que o réu da direita foi o que estava com as drogas na residência; que o acusado Reginaldo foi quem estava com o rádio; que era o Comandante da guarnição; que estava em ronda com mais duas guarnições; que se depararam com Reginaldo em atitude suspeita; que com ele encontraram um rádio comunicador; que o questionaram-se era olheiro; que ele respondeu que sim; que o réu informou que trabalhava para Mário; que informou em qual residência Mário poderia ser encontrado; que lá

chegando encontraram Mário na porta de casa; que pediram para adentrar a residência; que dentro da casa foram encontradas drogas e arma; que não se lembra a forma de armazenamento; que a quantidade era significativa; que era maconha; que a arma era revólver; que não se lembra o calibre; que não se recorda se estava municada ou se havia munição; que se não se engana foi encontrada balança de precisão e sacos plásticos; que Reginaldo informou que trabalhava para Mário; que Reginaldo informou ser olheiro; (...) que era de madrugada; que nunca tinha prendido Mário; que Reginaldo acompanhou a guarnição e, no momento em que foram abordar Mário, ele ficou na viatura; que quando chegaram ao local Mário esboçou uma tentativa de fuga, mas não tinha como; que autorizou a entrada dos policiais; que não chegou a entrar na residência para fazer a busca; (...) que Reginaldo estava na rua da antiga Cesta do Povo; que Reginaldo colaborou bastante prestando informações; Reginaldo informou o nome da rua e lá chegando indicou a casa; que Mário afirmou que a droga era para consumo; que o local é de intenso tráfico de drogas; [...]” (Depoimento judicial de SD/PM ANDRÉ DOS SANTOS MENDES – extraído do sistema PJE MÍDIAS) “[...] que se recorda dos réus; que o Soldado Mendes era o comandante da guarnição; que Reginaldo estava na rua com um rádio transmissor; que Reginaldo usava uma tornozeleira eletrônica; que Reginaldo indicou que havia um indivíduo em posse de uma arma de fogo e outros materiais; que foram até a casa indicada e lá encontraram o outro denunciado; que quem estava na casa permitiu a entrada dos policiais; que encontraram um revólver e drogas; que não se recorda se havia munição; que não se recorda qual era a droga; (...) que a casa foi indicada por Reginaldo; que quando os policiais chegaram no local viram que alguém tentou correr; que a porta estava entreaberta; que não se recorda se tinha mais alguém no imóvel; que não chegou a entrar no imóvel; que não sabe quem entrou no imóvel; (...) que a diligência foi na madrugada, por volta de 3 da manhã; que não se recorda se Reginaldo resistiu; que com Reginaldo foi encontrado um rádio comunicador e “mais algum entorpecente”; que Reginaldo foi quem indicou a casa de Mário; que inicialmente não houve detalhes sobre a função que cada réu exercia; que a casa era próxima ao local onde Reginaldo foi abordado; que não se recorda se os policiais se deslocaram a pé ou por viatura; que acredita que havia outra viatura; que possivelmente a viatura do Coordenador; que não conhecia os réus; [...]” (Depoimento judicial de SD/PM OZIEL BRITO DE SOUZA – extraído do sistema PJE MÍDIAS). Efetivamente, não há dúvidas acerca da tese autoral dos crimes em questão, porquanto os relatos dos policiais, tanto na fase extrajudicial quanto na judicial, são precisos, coesos e harmônicos ao discorrerem acerca da diligência que culminou na prisão em flagrante dos denunciados. Diante do quadro delineado, impossível afastar a validade dos testemunhos prestados pelos policiais, porque tais provas se mostram coerentes com os demais elementos colhidos ao longo da instrução processual. Ademais, não se demonstrou que os policiais tivessem razões próximas ou remotas para se unirem, e, deliberadamente, imputar prática de crimes aos acusados. De mais a mais, há de se ponderar que seria até ilógico dar poderes para agentes do Estado exercerem suas funções, e negar-lhes credibilidade quando da prestação de conta de suas diligências. Insta destacar que esta Egrégia Corte, na linha de entendimento dos Tribunais Superiores, tem decidido, reiteradamente, sobre a importância do testemunho de agentes públicos como elemento de prova efetivo a amparar uma condenação penal, especialmente quando prestados em juízo, sob o crivo da garantia do contraditório; porquanto se revestem de inquestionável eficácia probatória, não podendo ser



desqualificado pelo simples fato de emanar de agentes estatais incumbidos, por dever de ofício, da repressão penal. (ut, Precedente do STF – HC 73518, Rel. Min. CELSO DE MELLO, 1ª Turma, 26/03/1996). Neste sentido decidiu o Min. Marco Aurélio: “(...) A ordem jurídica em vigor agasalha a possibilidade de policiais que participara de diligência virem a prestar depoimento, arrolados pela acusação. (...)” (STJ – HC 73695, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, 2ª Turma, 14/11/1996). Portanto, sob a égide dos depoimentos dos agentes responsáveis em combater crime, associados às circunstâncias da prisão, não remanescem dúvidas quanto a prática de crime de tráfico de drogas, posse ilegal de arma de fogo, e colaboração com o tráfico de entorpecentes respectivamente perpetrados por cada acusado. Nesse contexto, malgrado a Defesa das Apelantes almejem suas absolvições, sob os argumentos de não existirem provas de que os denunciados concorreram para a prática das condutas criminosas a eles atribuída, tais teses não encontram respaldo nos autos. 5. Da aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06. Busca a Defesa do Recorrente Mário Tavares de Lira a aplicação da minorante prevista no § 4º, art. 33 da Lei 11.343/2006. Consabido, que para a concessão da referida causa de diminuição de pena é necessário o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos legais: a) ser o agente primário; b) de bons antecedentes; c) que não se dedique a atividades delituosas; d) nem integre organização criminosa. Na terceira etapa dos cálculos dosimétricos, a magistrada singular assim deliberou: “O réu não faz jus à aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06, posto que, conforme antes pontuado, além do crime de tráfico de drogas, está sendo condenado, simultaneamente, pelo crime de posse ilegal de arma de fogo, além de responder por outras duas ações criminais nesta Comarca, demonstrando sua dedicação a atividades criminosas.” Com se vê, a Juíza a quo decidiu por não aplicar a causa de diminuição de pena, considerando a existência de ações penais em curso, ainda sem condenação definitiva. Todavia, no caso, o Recorrente preenche todos os requisitos exigidos para a concessão da benesse, não se observando nos autos elementos contundentes e inequívocos para a conclusão de que o Apelado se dedique às atividades criminosas, de forma a impossibilitar-lhe a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06. Assim, constatada a satisfação dos requisitos legais, para a concessão do benefício, se mostra adequado e razoável a redução da reprimenda na fração de 1/6; considerando o contexto fático no qual se deu a prisão do acusado, o local de apreensão dos entorpecentes (intenso fluxo de tráfico de drogas), a apreensão de caderno de registros e apetrechos, ambos comumente utilizados na mercância de entorpecentes, aliada a posse de arma de fogo. Deste modo, fica concretizada a pena em 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, em regime semiaberto, acrescida do pagamento de 413 (quatrocentos e treze) dias-multa, à razão utilitária mínima (1/30), em relação ao crime de tráfico ilícito de drogas. 6. Do Prequestionamento Por fim, o prequestionamento dos dispositivos legais mencionados resta atendido nos fundamentos do julgado, dispensando manifestação expressa acerca de cada artigo apontado. Ante o exposto, o voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação interposto pelo Recorrente Reginaldo Cerqueira dos Santos Júnior, e por outro lado, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao apelo interposto por Mário Tavares de Lira, tão somente para aplicar a causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, e fixar a reprimenda relativa ao crime de tráfico ilícito de

drogas, em 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, em regime semiaberto, acrescida do pagamento de 413 (quatrocentos e treze) dias-multa, à razão utilitária mínima (1/30), mantendo as demais disposições da sentença condenatória. Salvador/BA, data registrada no sistema. Des. Jefferson Alves de Assis - 2ª Câmara Crime 1ª Turma Relator